



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

O Governo anunciou que o Gabinete para os Recursos Humanos (GRH) vai ser fundido com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) em 28 de Maio deste ano, passando a ser um departamento desta Direcção de Serviços, mas continuando a desempenhar as mesmas funções.

No Relatório das LAG para o ano financeiro de 2007, foi referido que “o Governo ia criar um Gabinete de Recursos Humanos, incumbido de realizar os estudos e a criação de uma base de dados de recursos humanos. O Governo, de acordo com a proporção definida, ia assegurar um processamento mais racional e centralizado dos pedidos de importação de trabalhadores, com vista a auxiliar as pequenas e médias empresas a fazer face às dificuldades resultantes da falta de recursos humanos”. No mesmo ano, nas LAG para a área da Economia e Finanças, foi referido, explicitamente, que o Governo ia, no primeiro trimestre daquele ano, tentar aperfeiçoar a legislação acerca da importação de trabalhadores e definir uma proporção adequada entre os trabalhadores residentes e não residentes.

No entanto, passados já 9 anos desde a criação do GRH, para além dos trabalhos administrativos sobre o processamento dos pedidos de importação de trabalhadores, não foi feito nenhum relatório de estudo ou análise relativo aos recursos humanos, nem criada a base de dados de recursos humanos, e a promessa de definir uma proporção para a importação de trabalhadores também não foi concretizada. Em Maio deste ano, quando o GRH introduziu no Conselho Consultivo de Serviços Comunitários da Zona Central o mecanismo



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de fiscalização actual para a importação de trabalhadores, “esclareceu” que não existia uma proporção definida entre os trabalhadores residentes e não residentes para apreciar e aprovar os pedidos de importação destes últimos, e a respectiva aprovação dependia da situação de cada caso concreto. Assim sendo, é evidente que isto não correspondeu à promessa pública manifestada pelo Governo antes da criação do GRH acerca da definição de uma proporção entre os trabalhadores residentes e não residentes.

A falta de uma política e de um padrão objectivo e claro para a apreciação, aprovação e importação dos trabalhadores não afecta somente os direitos e interesses de emprego, e o salário e as oportunidades de promoção dos trabalhadores residentes, como também não são resolvidas as dificuldade das pequenas e médias empresas resultantes da falta de recursos humanos, até porque os trabalhadores são sempre importados para as sociedades de jogos e empresas de grande dimensão.

Assim sendo, gostaria de apresentar as seguintes questões:

1. De acordo com o novo regulamento administrativo sobre a organização da DSAL, o GRH vai ser fundido com a DSAL, passando a ser da competência do Departamento de Contratação de Trabalhadores Não Residentes “estudar, planear e emitir pareceres sobre as políticas de contratação de trabalhadores não residentes, avaliando a eficácia da sua aplicação, executar a legislação relativa à contratação de trabalhadores não residentes e as leis e diplomas na área do trabalho, e apresentar propostas de aperfeiçoamento de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e da indústria económica”. No ano passado, não foi feita uma



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

análise contínua sobre a mudança dos recursos humanos de Macau por parte do GRH, nem divulgado ao público qualquer trabalho sobre a criação da base de dados de recursos humanos. No futuro, o que é que a DSAL vai fazer para concretizar esses trabalhos? Os respectivos estudos, planos e sugestões vão ser divulgados ou publicados periodicamente?

2. Não existiu, durante anos, um padrão objectivo e claro para o processamento dos pedidos de importação de trabalhadores. Após a integração do GRH na DSAL, para melhorar o processamento dos pedidos de importação de trabalhadores, concretizar a execução da respectiva legislação e permitir a fiscalização por parte dos cidadãos, o Governo deve estabelecer padrões claros para o processamento dos pedidos e orientações concretas de execução, com vista a responder às exigências da sociedade quanto à quantidade, a proporção e o mecanismo de saída para os trabalhadores não residentes. O Governo vai fazer isto?
3. Face ao ajustamento profundo da economia de Macau, a DSAL tem alguma medida concreta para o processamento dos pedidos de importação de trabalhadores, com vista a garantir a prioridade de emprego dos trabalhadores residentes, bem como a sua oportunidade de escolha de emprego, a ascensão profissional e a mobilidade horizontal?

26 de Maio de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Kwan Tsui Hang**